

O NACIONALISMO METODOLÓGICO NA
ECONOMIA E A ECONOMIA POLÍTICA
DOS SISTEMAS-MUNDO COMO
POSSIBILIDADE DE SUA SUPERAÇÃO
*METHODOLOGICAL NATIONALISM IN ECONOMICS
AND THE POTENTIAL OF THE POLITICAL
ECONOMY OF WORLD-SYSTEMS FOR MOVING
BEYOND*

Pedro Antonio Vieira¹

Recebido em: 11/06/2015
Aceito em: 20/10/2015

pavieira60@gmail.com

Resumo: O artigo discute a persistência do Nacionalismo Metodológico (NM) na teoria econômica, desde a Economia Política Clássica até a Nova Economia Política do Sistema Mundial. O argumento central é que adoção de uma perspectiva nacional é praticamente inevitável quando a elaboração teórica visa subsidiar políticas públicas. Por isso, Georg Friedrich List parece ter sido um pioneiro na adoção do NM na economia. Pela mesma razão, o desenvolvimentismo latinoamericano incorreu no NM e a Nova Economia Política do Sistema Mundial não foi capaz de transcendê-lo. O artigo argumenta que a Economia Política dos Sistemas-Mundo tem potencial para superar o NM e ilustra este potencial com uma aplicação inicial desta perspectiva ao Brasil

Palavras-chave: Nacionalismo Metodológico. Economia. Economia Política dos Sistemas-Mundo.

Abstract: This paper traces the persistence of Methodological Nationalism (MN) in economic analysis, from Classical Political Economy to the new Political Economy of the World System. The central argument is that the adoption of a national outlook is almost inevitable when theoretical efforts aim to support public policies. In this sense, Georg Friedrich List was a pioneer of MN in economic analysis. For the same reason, MN was reinforced by Latin American developmentalism and couldn't be overcome by the new Political Economy of the World System. The article claims that the Political Economy of the World-System has the potential to surpass MN, and illustrates this potential with an initial application of such a perspective to the Brazilian case.

Keywords: Methodological Nationalism . Economics. Political Economy Of World-Systems.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC – Florianópolis – Santa Catarina - Brasil

1 INTRODUÇÃO

O termo Nacionalismo Metodológico (NM) designa a orientação metodológica que tende a tomar o estado/economia/sociedade nacional como o espaço relevante para o estudo da mudança social. A expressão foi criada por Herminio Martins em *Time, Theory and Sociology*, artigo publicado em 1974, no qual o autor discute a crise da Sociologia, cuja superação, argumentava, exigiria incorporar o tempo e a história. Ao criticar o suposto da mudança imanente, Martins afirma:

“In general, macro-sociological work has largely submitted to national pre-definitions of social realities: a kind of *methodological nationalism* – which does not necessarily go together with political nationalism on the part of the researcher – imposes itself in practice with national community as the terminal unit and boundary condition for the demarcation of problems and phenomena for social science” (MARTINS, 1974, p. 276, grifos nossos).

No final da mesma década, Smith (1979, p. 191, grifos nossos) constatou que “atualmente, o estudo da ‘sociedade’ praticamente se confunde com a análise dos estados-nação; o princípio do ‘nacionalismo metodológico’ opera em todos os níveis na sociologia, política, economia e história...”. Recentemente, Chernilo (2006, 2008), que tem pesquisado com profundidade o NM, observou que apesar de ser “universalmente rejeitado”, o NM “pelo menos supostamente, é igualmente bem difundido nas ciências sociais contemporâneas.” (Chernilo, 2008, p. 3).

Pensamos que essa difusão se deve a que, durante o século XIX as Ciências Sociais se desenvolveram em estreita vinculação com as necessidades do Estado nacional, que elas assumiram como sendo seu objeto sua unidade de análise (Wallerstein, 2011)². A sociologia³, por exemplo, “pressupôs o domínio estatal do espaço social, o que significava que a visão sociológica era uma resultante da autoridade reguladora do estado-nação. Assim as sociedades eram sociedades estatais e a ordem da sociedade não era mais que a ordem estatal.” (Goig, 2007, p. 105)

A globalização dos anos 1990 e o concomitante aumento do poder das corporações transnacionais e dos organismos supranacionais *vis-a-vis* os Estados Nacionais, estimulou o questionamento do NM na história, geografia, sociologia e antropologia. Foi justamente das transformações provocadas pela globalização que partiu Beck (2000, 2005; Beck & Sznaider, 2010), talvez o autor que tenha levado mais longe a crítica ao NM.

Até onde vai nosso conhecimento, na economia o NM é pouco mencionado. Gore (1996) tratou, com um pouco mais de detalhes, o NM, mas não se interessou por sua utilização mais ampla, preocupado que estava com sua utilização nos estudos sobre o desenvolvimento. Este autor argumenta que, a partir da década de 1980, o NM deixava de ser útil, tanto em termos explicativos quanto normativos. Acompanhando Gore, Medeiros (2010) sustenta que, embora tenha sido útil para

² Sobre a história e os historiadores, Armitage (2013:1, grifos nossos) escreveu: “Most of the life-span of the historical profession, in most parts of the world, historians were committed to methodological nationalism. Like most other social scientists, they assumed that self-identifying nations, organized politically into states, were the primary objects of historical study.” E esse compromisso com o NM provavelmente se deve à utilidade da história científica para a formação do Estado: “The historians were charged with the task of discovering/creating the memory of the historical past for a state. This was true for Great Britain and France, the original liberal states, but it was even more true for Germany and Italy, states to be created in the course of the nineteenth century, and then by extension for everywhere.” (Wallerstein, 2011, p. 239)

³ “A Sociologia que nasceu nas últimas décadas do século [XIX] era fundamentalmente uma sociologia política, e o problema da coesão sócio-política nos Estados constituía seu centro.” (Hobsbawm, 1987, p.106, grifos nossos).

explicar o desenvolvimento econômico da América Latina antes da década de 1980, o Nacionalismo Metodológico revelou-se inadequado a partir de então. Este autor também não chegou a se estender sobre o NM em si mesmo e nem sobre sua influência no pensamento econômico como um todo.

Intrigados com a persistência do NM e com sua resistência à efetiva expansão geográfica do capitalismo e ao fenômeno da globalização, decidimos buscar as evidências e motivações de sua presença na economia, no desenvolvimentismo latino-americano e na nova economia política do sistema mundial. As pesquisas que empreendemos até o momento nos levam a afirmar que o NM torna-se quase inevitável quando a elaboração teórica tem como finalidade prover insumos para políticas estatais ou para movimentos políticos que visam ocupar o Estado para realizar mudanças.

Nossa argumentação está organizada da seguinte forma: na seção II procuramos mostrar porque em Smith e Ricardo o Nacionalismo Metodológico, se não está ausente, não está totalmente explícito, como está em Georg Friedrich List, que talvez seja o pioneiro do NM na economia. A III seção defende que ao objetivar servir de insumo para as políticas estatais de promoção do desenvolvimento, a elaboração teórica da Cepal não pode escapar do NM. Pelo mesmo motivo, a economia política do sistema mundial não conseguiu transcender o NM (seção IV). Na seção VI argumentamos que a Análise dos Sistemas-Mundo abre um caminho para a superação do NM. Seguem-se as Considerações Finais.

2 O NACIONALISMO METODOLÓGICO NA ECONOMIA: O PIONEIRISMO DE GEORG FRIEDRICH LIST

Quando os filósofos e pensadores dedicaram-se a refletir sobre as relações entre o Estado e as atividades econômico-financeiras surgiu a Economia Política, ou seja, o estudo das questões econômicas a partir dos interesses do Estado. Essa motivação se expressa no título da principal obra econômica de Adam Smith (*A riqueza das Nações*) e de David Ricardo (*Princípios de Economia Política e Tributação*). Ambos escreveram quando a Inglaterra já era um Estado poderoso e muito próximo de consolidar-se como hegemonia mundial, o que aconteceu quando derrotou a França em 1815. Para Smith, que escrevia na década de 1770, o prosseguimento da marcha nesta direção exigia superar as práticas mercantilistas – que tinham sido decisivas desde 1650 - e apoiar o desenvolvimento do livre mercado nos planos nacional e internacional. De fato, como observou Hobsbawn (1990, p. 38) ele tomou por base “unidades individuais –firmas ou pessoas - [atuando] em um mercado que não tinha extensão espacial específica”, e que no limite seria obrigatoriamente o mercado mundial. Aplicando a noção de livre mercado ao comércio mundial, Smith concluiu que os bens comercializados seriam os de menor custo (e preço) com o que todos os participantes desse intercâmbio se beneficiariam. David Ricardo, que publicou os *Princípios* em 1818, quando a Inglaterra já era hegemônica, teorizou a partir do livre mercado e propôs que, no comércio internacional, todos os participantes ganhariam se cada um se especializasse no(s) produto(s) em que, comparativamente a outros países, fosse mais eficiente, importando todos os demais. Conhecida como a teoria das vantagens comparativas, esta proposição foi ilustrada por Ricardo com

o exemplo do comércio de vinho e tecido entre Portugal e Inglaterra. No exemplo, mesmo sendo mais eficiente nos dois produtos, convinha a Portugal exportar vinho, no qual sua eficiência era maior, e importar tecidos, no qual sua eficiência era menor.

Por sustentar suas argumentações no livre mercado, Smith e Ricardo não precisavam evocar diretamente o Estado na promoção da riqueza, embora para o mercado funcionar como determinante das decisões individuais Smith não descartava a intervenção do soberano⁴. Também a economia nacional estava no horizonte de Smith e da Economia Política clássica, como reconhece o próprio Hobsbawm, ao dizer que “nenhum economista – mesmo da mais extrema convicção liberal – podia negligenciar ou não levar em conta a economia nacional. Apenas eles não gostavam de referir-se a ela, ou não sabiam como fazê-lo.” (idem, p. 40).

Em todo caso, se não totalmente ausente, porque ambos vêem as economias nacionais como entidades autônomas que se relacionam através do comércio⁵, em Smith e Ricardo o NM estaria presente numa versão mais fraca.

Na economia, o Nacionalismo Metodológico parece ter surgido com Georg Friedrich List, um feroz crítico da Economia Política inglesa.

Por considerar que o livre mercado não servia aos Estados defasados em relação ao nível de desenvolvimento econômico da potência hegemônica, a Inglaterra, Georg Friedrich List se dedicou a formular uma teoria econômica alternativa, que ele sistematizou em “O Sistema Nacional de Economia Política: Comércio Internacional, Política Comercial e União Aduaneira Germânica”, publicado em 1841 e que é mais conhecido pelo título abreviado, sem o sub-título. Mas para os nossos propósitos o título completo é importante porque revela os temas que List queria defender.

Para ele, entre o indivíduo e a humanidade inteira, havia a nação. Seu compromisso com a criação de uma nação alemã capaz de igualar-se aos Estados mais poderosos está na raiz de suas concepções econômicas: “...a característica básica deste meu sistema reside na NACIONALIDADE. Toda a minha estrutura está baseada na natureza da *nacionalidade*, a qual é o interesse intermediário entre o *individualismo* e a *humanidade inteira*.” (List, 1983, p. 5)

Nesta ordem de ideias, List (idem, p.91) achou necessário criar “a verdadeira Economia Política ou nacional”, que tem por finalidade estabelecer as políticas econômicas que o Estado nacional, tendo em conta suas características e nível de desenvolvimento, deve implementar para “manter e melhorar suas condições econômicas”. (List, idem, p.91). A nova ciência se opõe à “economia cosmopolítica, que se origina da suposição de que todas as nações da terra formam uma única sociedade que vive em perpétuo estado de paz.” (List, 1983, p. 91, grifos nossos).

Depois de defender o protecionismo como meio para diminuir as desigualdades entre as nações, diminuição essa que seria a condição necessária para que todas se beneficiassem do livre comércio, List arremata:

Sob este ponto de vista, a economia nacional é a ciência que, avaliando corretamente os interesses existentes e as circunstâncias específicas das nações, ensina como *cada nação*

⁴ “... porque a teoria de Smith pressupõe a existência de um soberano que ativa e regulamenta a concorrência entre os capitalistas no interesse geral...” (Arrighi, 2008:175).

⁵ Para Wimmer & Schiller (2002, p. 305) “a economia (*economics*) estuda a economia de entidades nacionalmente delimitadas e as relações entre elas através do comércio, do fluxo de capitais e assim por diante.” E mais: desde Smith e List, “a distinção entre economia interna e relações externas se tornou um princípio orientador da evolução da disciplina.” (idem, p. 305).

individual pode chegar àquele estágio de desenvolvimento no qual a união com outras nações igualmente desenvolvidas e, conseqüentemente, a liberdade de comércio podem tornar-se possíveis e úteis a ela. (idem, p. 93/94, grifos nossos).

A “tarefa da Economia Política”, diz List, é “realizar o *desenvolvimento econômico da nação* e prepará-la para ser admitida na sociedade universal do futuro.” (idem, p. 124, itálicos no original).

Como aconteceu com o desenvolvimentismo latinoamericano um século mais tarde, não seria o livre mercado⁶ que promoveria as etapas mais avançadas do processo de desenvolvimento:

“[...] a mesma história demonstra, porém, que só se pode atingir uma atividade manufatureira perfeitamente desenvolvida, uma importante marinha mercante e um comércio exterior em larga escala, mediante a intervenção do poder do Estado.” (LIST, 1983, p. 125, grifos nossos).

Podemos perceber que em List está presente a motivação que leva ao Nacionalismo Metodológico: a preocupação com formulação de políticas econômicas promotoras do desenvolvimento. Esta preocupação fez com que, além de definir a economia nacional como unidade de análise, List considerasse necessário criar uma teoria econômica apropriada ao desenvolvimento econômico nacional, como expressa o título de seu livro. Além da motivação, List elabora proposições normativas, como o protecionismo à indústria nacional e a intervenção do Estado.

3 O NACIONALISMO METODOLÓGICO NO DESENVOLVIMENTISMO LATINOAMERICANO

A base conceitual do desenvolvimentismo latinoamericano foi, senão criada, pelo menos sistematizada pelos economistas da Cepal⁷, o que, se por um lado encerrou o que Martins (1967) denominou a fase pré-teórica do nacional-desenvolvimentismo, por outro inseriu neste o Nacionalismo Metodológico, embora, como sabemos, a crítica da Cepal se dirija principalmente às teorias do comércio internacional.

Ainda que para Medeiros (2010, p. 639, itálicos no original) “possivelmente a perspectiva crítica mais fértil ao nacionalismo metodológico nos estudos sobre as trajetórias de desenvolvimento continua sendo o que nas formulações originais da CEPAL dos anos 1950 se denominava de *marco histórico estrutural*”, pensamos que Raul Prebisch não criticava o NM e sim as pretensões universalistas das teorias econômicas. Praticamente reproduzindo a crítica de List⁸ à “economia cosmopolítica” inglesa, Prebisch afirmava que “una de las fallas más conspicuas de que adolece la teoría económica general, contemplada desde la periferia, es su falso sentido de universalidad” (Prebisch, 1949, p. 13). Se é certo, como sabemos, que o economista argentino busca no comércio internacional e na divisão internacional do trabalho as causas das desvantagens da América Latina frente às nações desenvolvidas, tendo inclusive criado os conceitos de centro e periferia, como pode ele ter incorrido no NM?

⁶ List admite que através do comércio livre com economias mais adiantadas países atrasados podem avançar até “os primeiros estágios da manufatura e da navegação”. (idem).

⁷ Sobre as origens do pensamento cepalino ver, entre outros, Fonseca (2000, 2004).

⁸ Em sua Apresentação do livro de List na coleção Os Economistas, Cristovam Buarque defende que, na América Latina, as políticas econômicas elaboradas a partir da CEPAL “derivam diretamente, embora nem sempre reconhecidamente, das formulações, dos trabalhos e do pensamento de Friedrich List.” (Buarque, 1983, p. VIII). Sobre a questão das influências intelectuais, Hobsbawn (1983, p. 41) informa que Rae, um economista escocês do século XIX, parece ter antecipado as ideias cepalinas sobre substituição das importações e que as concepções econômicas de List sofreram influência direta do estadunidense Alexander Hamilton durante a estada do alemão nos EUA na década de 1820.

Utilizando a distinção feita por Gore (1996) entre marco explanatório e marco normativo, concluímos que no marco explanatório a Cepal não adota o NM, mas o faz no marco normativo, porque a promoção do desenvolvimento econômico via industrialização deve ser uma tarefa capitaneada pelo Estado, cuja ação incide quase exclusivamente sobre os fatores chamados internos, o que, por sua vez, vai repercutir sobre o método de explanação, que tenderão a enfatizar os mesmos fatores e por esta via privilegiar a economia nacional como unidade de análise. Esta ênfase foi crescendo à medida que os economistas da Cepal se tornaram formuladores de políticas, como foi o caso de Celso Furtado no Brasil.

Em *Formação Econômica do Brasil*, publicado em 1959, Celso Furtado pesquisa no passado brasileiro as causas do subdesenvolvimento, passado que lhe parece estar sendo deixado para trás com a crise cafeeira do início da década de 1930:

É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira" (FURTADO, 1995, p. 38, grifos nossos).

A expressão sistema econômico autônomo indica a filiação de Furtado ao NM, na medida em que, em lugar de um sistema econômico mundial/global, haveria sistemas econômicos autônomos nos Estados que poderiam controlar o dinamismo de suas respectivas economias. Embora tenha estudado e escrito muito sobre a economia global, Furtado não chegou a transcender completamente a perspectiva da economia nacional, quer dizer, continuou considerando a economia nacional como a unidade elementar de suas análises. Em *Brasil - A construção interrompida*, nosso economista maior reproduz trechos de uma conferência proferida em 1983, em que dizia:

O processo de integração dos mercados nacionais – processo que operou como principal motor do forte crescimento do período 1948-73 – não conduziu propriamente à formação de um sistema econômico global e, sim, à um conjunto de grandes subsistemas, cujas relações mútuas estão longe de ser simétricas (FURTADO, 1992, p. 14, grifos nossos).

Como se vê, Furtado ainda não reconhece a existência, na década de 1980, de um sistema econômico global. Os subsistemas estão isolados? Certamente não. Se não estão, como denominar o conjunto? É possível identificar aqui certa ambiguidade, a qual, a nosso ver, decorre do conflito entre a constatação empírica de uma entidade mais ampla que os Estados ou economias nacionais e o compromisso com o Nacionalismo Metodológico, o qual considera que existem fatores internos e externos que atuam separadamente sobre o desenvolvimento econômico (Gore, 1996).

Outra influência da Cepal que reforçou o NM foi a institucionalização das ideias cepalinas nas universidades, através da criação de cursos destinados a desenvolver os conhecimentos teóricos e práticos necessários à elaboração e implementação de planos e políticas econômicas desenvolvimentistas. Tal parece ter sido o caso do Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES), criado em 1967, unidade a partir da qual foi organizada a área das humanidades na UNICAMP (Santos, 2011, p. 69).

Na pós-graduação, o Curso Básico de Planejamento Econômico foi o primeiro e teve início em 1968. Este curso foi “[...] concebido como um *simile*, na Universidade de Campinas, do Curso Intensivo de Planejamento, dado na América Latina pela CEPAL” e que tinha por objetivo introduzir os estudantes nas teorias e técnicas fundamentais do planejamento econômico (Santos, *idem*, p. 70).

Na perspectiva por nós adotada foi a missão prioritariamente normativa do DEPES - preparar quadros técnicos para o Estado - que tornou suas formulações convergentes com o NM. O DEPES deu origem ao Instituto de Economia (IE) da Universidade de Campinas, onde, sob a liderança de João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzo e Maria da Conceição Tavares, foi sendo desenvolvida uma interpretação particular da problemática sócio-econômica brasileira, interpretação que é conhecida como a Escola de Campinas. Um dos pilares metodológicos desta Escola foi propor que:

A dinâmica e os dilemas do desenvolvimento econômico brasileiro, devido às dimensões atingidas por suas forças produtivas – com a produção doméstica de bens de capital – resultavam essencialmente de seus determinantes endógenos. A internacionalização do seu mercado interno tornava endógenas as restrições externas examinadas nos estudos tradicionais da Cepal (MEDEIROS, 2010, p. 640, grifos nossos).

De todo modo, por que a explicação teria passado da ênfase nos fatores externos para os internos? Segundo Medeiros, devido à “ausência, nos estudos pioneiros do desenvolvimento, incluindo aqui a Cepal, de uma análise sobre a moeda e sobre as dimensões financeiras autônomas da fragilidade externa.” (*idem*, p. 640). Para o mesmo autor, o NM teria sido fortalecido ainda porque as análises foram formuladas numa perspectiva teórica e num momento histórico em que o capital produtivo subordinava as finanças e em que o estado keynesiano tinha grande peso.

Embora essas determinações conjunturais possam ter contribuído, pensamos que devem ser destacados os determinantes da inoculação do NM no pensamento econômico e social latinoamericano, a saber, a aliança dos intelectuais com o Estado para a promoção do desenvolvimento nacional.

Talvez a obra deste período que mais perto esteve de superar o NM tenha sido *Dependência e Desenvolvimento: ensaio de interpretação sociológica* de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Nela é questionada a “crença, comum entre os economistas, de que o desenvolvimento dependeria, principalmente, da capacidade de cada país para tomar decisões de política econômica que a situação requeresse” (Cardoso e Falleto, 1970, p. 11, grifos nossos). A nosso ver foi a percepção da existência de um sistema mundial, do qual faziam parte as economias ou sociedades latino-americanas, que levou esses autores a se perguntarem se o conceito de dependência não deveria ser substituído pelo de interdependência

Em suma, pudemos constatar que pelo menos desde 1949, ano da publicação do Informe da Cepal, escrito por Prebisch e intitulado *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*, os cientistas sociais latino-americanos haviam percebido claramente que um sistema internacional estava em funcionamento, sistema que era desigual, pois havia um centro e uma periferia. Autores mais próximos do marxismo, como Cardoso de Mello, se referem a um certo capitalismo mundial e outros como Cardoso e Faletto, se referem a um “mercado mundial”. Entre os autores até aqui citados não foi mencionado Ruy Mauro Marini, quem, apesar de ter escrito que a

“América Latina surge como tal ao incorporar-se ao sistema capitalista em formação, quer dizer, quando se deu a expansão mercantilista européia do século XVI” (Marini, 1985, p. 3), também não abandonou completamente o NM.⁹

4 O NACIONALISMO METODOLÓGICO NA NOVA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA MUNDIAL

Fiori propõe a “formulação de uma nova economia política do Sistema Mundial” (Fiori, 2004, p. 20, grifos nossos), a qual, no entanto, parece manter o estado nacional como unidade de análise, como procuraremos mostrar em seguida.

Tendo constatado que as ciências sociais teriam naufragado junto com as expectativas do desenvolvimento econômico e de uma maior igualdade entre as nações, Fiori (1999) propõe que, para se renovar, a economia política internacional deveria “retomar o fio da discussão interrompida, voltando ao problema originário da economia política clássica – o da riqueza das nações – e retoma [r] o debate histórico sobre a viabilidade e os caminhos do desenvolvimento econômico nacional” (Fiori, 1999, p.14, grifos nossos). Por sua vez, Medeiros (2010, p. 644) também recomenda que para superar o NM, o estudo “das trajetórias nacionais de desenvolvimento” deveria contemplar “um necessário diálogo com as questões examinadas na economia política internacional.” Constatamos aqui a presença da condição que quase inevitavelmente leva o pesquisador a adotar o NM: definir o desenvolvimento nacional como objeto de pesquisa. Além desse motivo, no caso específico de Fiori, outra razão para a permanência do NM é atribuir à guerra e à luta pelo poder a posição de forças determinantes das mudanças no sistema mundial¹⁰, o que praticamente torna obrigatório eleger o Estado Nacional como unidade de análise, pois a acumulação de poder é o objetivo principal do Estado, o qual recorre à guerra para manter ou ampliar este poder no sistema interestatal.

Inegavelmente, Fiori (1999) avança, pois admite que a riqueza é mundialmente produzida e distribuída entre os estados, mas permanece ainda comprometido com missão da Cepal (e de List) de fornecer subsídios para políticas de promoção do desenvolvimento nacional:

Mas já agora a retomada da discussão sobre o desenvolvimento envolve um balanço teórico e político mais complexo sobre a farta e extensa literatura que foi produzida no século XX e, sobretudo, depois da crise dos anos 1930. Essa literatura crítica deve ser orientada, como nos clássicos, para a explicação da distribuição desigual da riqueza mundial, mas visando também, como nos clássicos, orientar, convencer e influenciar as políticas estatais que lideraram, durante estes 50 anos, o desenvolvimento dos países atrasados de todo o mundo (FIORI, 1999, p. 24, grifos nossos).

Não obstante tenha adotado uma perspectiva temporal mais ampla, incluído a história em sua análise e também deixado de lado a separação entre a busca da riqueza (economia) e do poder

⁹ Em Vieira (2004) usamos o conceito de economia-mundo para fazer uma crítica ao ensaio Dialética da Dependência de Rui Mauro Marini.

¹⁰Fiori ainda vai mais longe ao afirmar que o próprio capital tem como motor primário a luta pelo poder: “Radicalizando nosso argumento: a origem histórica do capital não ‘começa pelo mercado mundial’, nem pelo ‘jogo das trocas’. Começa pela conquista e pela acumulação do poder e pelo seu estímulo autoritário ao crescimento do excedente, das trocas e dos grandes ganhos financeiros construídos à sombra dos poderes vitoriosos.” (Fiori, 2009, pg. 168)

(política/Estado), ao se “propor a orientar, convencer e influenciar as políticas estatais” (Fiori, 1999, p.24), a nova economia política do sistema mundial permanece comprometida com o NM, ou, no mínimo, não vê sua superação como necessária para renovar as ciências sociais. Essa superação recebeu grande impulso quando Immanuel Wallerstein percebeu que a única unidade válida para o estudo da mudança social é a economia-mundo. Esta afirmação é corroborada por Theotônio dos Santos: “a Teoria da Dependência prosseguia e aperfeiçoava um enfoque global que pretendia compreender a formação e evolução do capitalismo como economia mundial [...], mas [este enfoque] ganha realmente força com a obra de Immanuel Wallerstein” (2002, p. 53).

É para a contribuição de Wallerstein que nos voltamos na próxima seção.

5 A ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO E A SUPERAÇÃO DO NACIONALISMO METODOLÓGICO

Baseado na crítica feita por Smith (1980, 1982) a Samir Amin, Gore (1996) afirma que a superação do NM não necessita negar as unidades nacionais como objeto de estudo e marco explicativo. Nem Smith nem e Gore mencionam a Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), que a nosso ver se apresenta como a alternativa mais fecunda ao NM, pois ela não impede estudar as unidades singulares nem sustenta que os Estados nacionais e as forças políticas não dispõem de algum poder de agência. Como procuraremos ilustrar com o caso do Brasil, trata-se mais de procurar relacionar as instituições econômicas, políticas e sociais dessas unidades com os processos sistêmicos que contribuíram para sua constituição, com o que perde consistência a usual separação interno-externo. Por suas vez, Beck & Sznaieder (2010) argumentam que embora permita importantes interpretações empíricas, a EPSM não supera o NM porque está sustentada na distinção nacional-internacional, a qual está deixando de fazer sentido neste início de século. Em que pese a ligeireza da crítica, pensamos que a Nova Economia Política Global merece uma análise séria, que pretendemos fazer mais à frente. No que segue esperamos oferecer argumentos que minam a avaliação que Beck & Sznaieder (2010) sobre a capacidade da EPSM em superar o NM.

Se o NM toma como unidade de análise o Estado/economia/sociedade nacional, o único meio para superá-lo é definir outra unidade de análise, quer dizer, o espaço relevante para estudar a mudança social. Qual seria este espaço? Em termos sumários e abstratos, seria aquele onde ocorrem fenômenos que guardam relação com o objeto pesquisado, qualquer que seja ele. Assim procedendo, estamos adotando um critério metodológico para a escolha da unidade de análise, a qual pode ou não coincidir com as fronteiras de um determinado Estado. Aplicando este princípio ao estudo dos fenômenos econômicos, políticos e sociais do mundo moderno, constatamos que os espaços relevantes são quase sempre supranacionais. Foi a esta conclusão que chegou Wallerstein quando tentou superar os problemas metodológicos com que se defrontava para estudar a África pós-colonial e que o fizeram dar o passo metodológico necessário para superar o NM. Convencido de que só se pode falar de mudança social em sistemas sociais, e que nem o Estado soberano nem a sociedade nacional são sistemas sociais, concluiu que só existe um sistema social: o sistema mundial (Wallerstein, 1974a).

Dando sequência a esta ruptura metodológica, Wallerstein se dedicou a escrever o processo de formação do sistema-mundo capitalista, dando origem à EPSM ou Análise dos Sistemas-Mundo.¹¹ O núcleo duro, tanto do trabalho de Wallerstein quanto das linhas de pesquisa que se originaram da EPSM, abrange: 1) não tomar a sociedade ou economia/sociedade/Estado nacional como unidade de análise; 2) não aceitar o pressuposto de que a realidade pode ser adequadamente compreendida separadamente pelas várias disciplinas em que se dividem as ciências sociais; 3) admitir que o sistema capitalista e o sistema interestatal são duas entidades que nasceram juntas e interligadas; 4) adotar as concepções braudelianas do tempo como duração dos acontecimentos/processos e da história como dialética das durações, ou seja, como resultado da mútua interação dos tempos curto (acontecimento), médio (conjuntura) e longo (estrutura), sendo este último o tempo mais adequado para estudar as mudanças sociais relevantes.” (Vieira, 2012, p. 208).

No caso da região chamada América Latina –Brasil incluído - as mudanças relevantes começaram em 1492, como parte do processo de formação do que Wallerstein (1974a) chamou Economia-Mundo. Embora ocorressem no continente americano, afinal, todo fato ou processo tem seu espaço/território, as forças propulsoras destas mudanças se localizavam na Europa e seus efeitos se faziam sentir em várias regiões do globo. Foi esta característica empírica dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais da chamada expansão européia que levou Wallerstein (1974) a concluir que os Estados Nacionais não eram os espaços relevantes para estudar as mudanças em curso a partir do século XVI. Propôs, assim, a noção de Economia-Mundo.

O que seria a Economia-Mundo Capitalista? Simplificando diríamos que ela é o sistema social formado por dois sub-sistemas: 1) o econômico, constituído pelas cadeias mercantis¹² que se espalham por todo o globo, e que são comandadas por capitalistas, quer dizer, os agentes econômicos movidos pela acumulação incessante de capital (Wallerstein, 1974a)¹³; e 2) o político, constituído pelo subsistema interestatal, quer dizer pelo conjunto de jurisdições políticas que chamamos de Estados Nacionais, que estabelecem entre si uma rede de relações e compromissos. Neste sentido, nenhum Estado é um ente isolado e totalmente autônomo/soberano. Não temos tempo para nos alongarmos no processo de formação dos dois subsistemas, mas vale assinalar que os dois foram – e continuam - sendo definidos interativa e simultaneamente,¹⁴ não cabendo, pois, falar de precedência ou relevância de um sobre o outro. O que sim, merece ser destacado, é que a ambos é inerente a competição, a qual, acaba sendo a força motriz do sistema como um todo (a Economia-Mundo Capitalista).

Nesta ordem de idéias, o problema de pesquisa é a Economia-Mundo, sua gênese, formação, mudanças e perspectivas e não os Estados/economia/sociedades nacionais, os quais se formam e se constituem como parte da expansão da entidade maior, a Economia-Mundo. Deve ser notado que

¹¹ De acordo com Hopkins (1982), no fim da década de 1960, as chamadas teorias da dependência e do imperialismo vinham argumentando – contra a teoria da modernização - que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram produtos de processos que operavam a nível mundial. Surgiu então a tese da existência de uma economia capitalista mundial que emergiu no século XVI. Esta tese, “foi desenvolvida mais completa e vigorosamente por Immanuel Wallerstein” (Hopkins, 1982, p. 11).

¹² Uma cadeia mercantil é formada pelo conjunto de processos necessários para que uma mercadoria seja produzida, comercializada e consumida. Na literatura, as fases desses processos são denominadas nódulos. Ver, entre outros, Gereffi e Korzeniewicz (2004), Bair (2009) e Vieira (2010).

¹³ Como se vê, o conceito de capitalista difere bastante daquele de Marx. Mas difere também, embora mais ligeiramente do adotado por Arrighi (1996), quem, seguindo Braudel, considera capitalista a agente econômico que procura (e tem condições para) obter o lucro máximo, e não apenas lucro, ou qualquer lucro.

¹⁴ Sobre o simultâneo e interativo processo de formação desses sub-sistemas, ver Arrighi (1996).

esta Economia-Mundo se concretiza em espaços determinados e específicos, por isso estudá-la implica necessariamente estudar espaços concretos. Do mesmo modo, quando estudamos espaços de jurisdições políticas singulares, estamos estudando uma parte do todo que é a Economia-Mundo. Em outras palavras, adotar a Economia-Mundo como unidade de análise tem profundas implicações metodológicas, entre as quais queremos destacar a conexão entre os processos econômicos, políticos, sociais e mesmo culturais que se desenvolvem nos diferentes espaços e jurisdições políticas. Estas conexões vão se fortalecendo e diversificando em número, à medida em que a economia-mundo capitalista se desenvolve, e são elas que concretizam a interdependência entre as unidades políticas (Estados Nacionais) e as atividades econômicas nelas localizadas.

Uma das características definidoras da Economia-Mundo capitalista é a desigualdade entre classes e regiões, o que permite distinguir três zonas - centro, semi-periferia e periferia - que foram se constituindo em meio a relações mútuas, de maneira que não podem ser pensadas separadamente. Portanto, a interdependência de que falamos implica desigualdade e hierarquias em termos de poder e de riqueza, tanto no sub-sistema político quanto no econômico. Em outras palavras, podemos falar de Estados centrais, semi-periféricos e periféricos.

Em seguida vamos ilustrar com o caso do Brasil algumas das idéias acima apresentadas. Em Vieira (2010, 2012) procuramos mostrar que a ocupação portuguesa através da implantação de algumas etapas ou nódulos da cadeia mercantil do açúcar inseriu a terra de Santa Cruz no processo de formação da Economia-Mundo capitalista, a qual, portanto, se tornou a força motriz dos processos econômicos, políticos e sociais aqui desenvolvidos durante os três séculos de colonização. Ora, estes processos se desenvolviam em conexão/interdependência com aqueles que ocorriam em outras partes da Economia-Mundo, o que foi cristalizando a colônia portuguesa da América na posição de periferia da Economia-Mundo capitalista, tanto pela ausência de Estado, quanto porque esta região se especializou nos nódulos de produção primária e menos rentáveis das cadeias mercantis mundiais.

Em torno a estes nódulos, durante o período colonial, foram se constituindo instituições, idéias, práticas, tecnologias, atividades econômicas (primário-exportadora), classes sociais (e as relações entre elas). Ao se reproduzirem por gerações e gerações estas idéias, práticas, instituições, classes e a própria condição de periferia do sistema mundial se tornaram estruturas¹⁵ que condicionaram o processo de formação do Estado, iniciado em 1808 e acelerado com a independência formal em relação a Portugal em 1822.¹⁶ Este Estado, portanto, não é uma entidade ou instituição que se formou internamente sem influências externas. Vejamos resumidamente porque: 1) as classes dominantes (mas não só elas) retiram sua riqueza e poder político (influência no Estado) da exploração de nódulos das cadeias mercantis mundiais; 2) o próprio Estado, por estar apoiado politicamente nos grupos dominantes e financeiramente nas receitas provenientes dos mesmos nódulos, defende e favorece as classes dominantes e os respectivos nódulos, o que o obriga também a ser condescendente com as classes dominantes de nódulos desta cadeia localizados em

¹⁵ Em Vieira e Ferreira (2013), onde analisamos a posição do Brasil na atual conjuntura científico-tecnológica da economia-mundo, encontra-se uma detalhada exposição das noções de estrutura e conjuntura.

¹⁶ A respeito da formação do Estado ver, em outros, o texto de Wilma Peres Costa sobre a influência do escravismo na formação do Estado brasileiro.

outros Estados, e também com as demandas e pressões destes Estados, principalmente porque eram Estados centrais. No caso brasileiro, é de todos conhecida a decisiva participação britânica na viabilização política e financeira do Estado brasileiro por todo o século XIX.

Estas influências “externas” na formação do Estado nacional prosseguiram por todo o século XIX. A partir de 1830, o Estado, as atividades econômicas, as classes (e as relações entre elas) foram mudando em função dos interesses cafeeiros, que estavam espalhados por três continentes: Europa, EUA e o Brasil, onde se localizam alguns nódulos da cadeia mercantil mundial do café.¹⁷ Em outras palavras, os interesses dos consumidores (EUA), dos financiadores e comerciantes (Inglaterra), fornecedores de equipamentos (EUA/Inglaterra) e também dos cafeicultores (Brasil) se entrelaçavam para: 1) no Brasil, consolidar a economia agro-exportadora, moldar as classes sociais, o Estado e suas políticas, e ainda a própria adaptação da sociedade brasileira aos padrões emanados do centro da Economia-Mundo, mais especificamente da potência hegemônica, a Inglaterra¹⁸; 2) nos outros Estados, criar hábitos de consumo e contribuir para desenvolver a indústria (máquinas e equipamentos para o processamento de café, locomotivas e ferrovias, etc.) e as instituições financeiras.

No Brasil, a participação por quatrocentos anos (1530-1930) nos nódulos da produção primária das cadeias mercantis mundiais cristalizou...

“[...] a economia primário-exportadora intensiva em recursos naturais e humanos que deu origem a: (1) um tipo de empresário capitalista avesso à inovação que podia aumentar lucros porque contava com o apoio do Estado (isenções fiscais, empréstimos, política econômica, repressão aos trabalhadores, etc.) e com baixos custos salariais devidos principalmente à grande oferta de mão-de-obra; (2) um Estado periférico, que para contar com os recursos fiscais gerados pela exportação, apoiava as demandas dos exportadores, as quais se reduziam à oferta de mão-de-obra, infraestrutura para exportação e mercados (externos). Este Estado, periférico, não nos esqueçamos, não tinha qualquer interesse em desenvolver capacidades tecnológicas que implicassem a) possíveis conflitos com os países importadores dos produtos primários e fornecedores de manufaturados, como poderia ocorrer se exigisse deles transferência de tecnologia, e/ou b) mudanças nas condições de vida do povo, como escola, serviços de saúde, etc. Note-se que um Estado deste tipo não considera ascender no subsistema interestatal, e por este lado, que dizer, pelo lado do conflito inter-estatal, também não haverá estímulo ao desenvolvimento tecnológico.” (VIEIRA e FERREIRA, 2013, p. 264-5).

Esperamos ter mostrado que as classes sociais, as instituições políticas, econômicas e sociais, incluindo o próprio Estado, que comumente são consideradas “condições internas” não foram produzidas isoladamente, ao contrário, são também produto das conexões com o “externo”. Tal percepção só é possível se deixarmos de considerar o Estado/sociedade/economia nacionais como espaço onde ocorrem as transformações políticas, econômicas e sociais, comumente chamadas de desenvolvimento econômico. Dado que, como vimos, o desenvolvimento nacional tem sido um dos fatores mais importantes na difusão e consolidação do NM, cabe um registro de como a EPSM enfoca o desenvolvimento. Como escrevemos acima, nesta perspectiva de análises, o problema de pesquisa é a Economia-Mundo, sua gênese, formação, mudanças e mesmo possíveis desenvolvimentos futuros. Nesta ordem de idéias, o desenvolvimento deve ser visto como um

¹⁷ Sobre a Cadeia Mercantil do Café ver Vieira, R.(2013) e Moraes (2015).

¹⁸ Ver a respeito (Graham, 1973).

processo sistêmico que se concretiza - desigualmente - nos diferentes espaços da economia-mundo capitalista. Em uma frase: o que se desenvolve é a Economia-Mundo capitalista¹⁹.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo nos esforçamos para apresentar de forma mais detalhada a noção de Nacionalismo Metodológico, que nos pareceu uma expressão adequada para significar a escolha do Estado/economia/sociedade nacional como unidade de análise privilegiada para o estudo da mudança social.

Desde sua criação por Herminio Martins em 1974, o NM tem sido identificado e criticado em vários campos das Ciências Sociais, mas, ao que parece, muito pouco na Economia. Instigados pelas referências de Medeiros (2010) e Gore (1996) à presença da NM na Economia, nos propusemos a rastrear esta presença e apresentar suas possíveis causas.

Pudemos constatar que por cerrarem fileiras com as necessidades do Estado Nacional os economistas e os cientistas sociais acabaram por eleger o Estado/economia/sociedade nacional como espaço onde as mudanças ocorrem e por isso ali devem ser estudadas. Procuramos destacar que esta eleição tem também uma forte motivação política. Se em Adam Smith (1985) e David Ricardo (1982) a relação da teoria com os interesses do Estado não são explicitadas, isso se deve a que a vantajosa posição política, econômica e militar da Inglaterra no final do século XVIII e início do século XIX demonstrava que o mercantilismo podia ser substituído, com vantagens, pela defesa do livre mercado, o qual atenderia melhor os interesses do Estado inglês.

Georg Friedrich List percebeu que a *economia cosmopolítica* inglesa não atendia os interesses do nascente Estado alemão e propôs um sistema econômico que levasse em conta os interesses da nação alemã, com o que se candidata a ser um dos pioneiros do Nacionalismo Metodológico na economia.

Um século depois de List, e no contexto da Guerra Fria, na América Latina, a preocupação com o desenvolvimento nacional deu origem ao nacional-desenvolvimentismo. Assim como na Alemanha de List, os economistas da Cepal concluíram que na América Latina o desenvolvimento nacional não seria promovido pelo mercado, mas sim pela ação estatal. A partir daí, as elaborações teóricas aderiram ao Nacionalismo Metodológico, como parece ter sido o caso da Cepal e da Escola de Campinas. Em decorrência, embora houvesse referências aos fatores externos, as análises acabavam privilegiando os chamados fatores internos, que estavam ao alcance da interferência estatal.

E mesmo a nova economia política do sistema mundial, ao se comprometer com o desenvolvimento nacional, não pode abandonar o NM e por isso já nasce com grandes dificuldades

¹⁹ No livro *Impensar as Ciências Sociais*, Wallerstein (2006) analisa o conceito de desenvolvimento.

para explicar os processos políticos, econômicos e sociais da atual fase do sistema capitalista nacional.

O giro metodológico necessário para superar o NM foi dado por Immanuel Wallerstein ao propor a Economia-Mundo como unidade de análise. Na seção V procuramos oferecer uma descrição mínima da Economia-Mundo capitalista, que seria a totalidade a ser estudada e que pode ser decomposta em dois sub-sistemas, o político e o econômico. Estes dois sub-sistemas se formaram juntos, são inseparáveis e hierarquizados. Uma das características essenciais da economia-mundo capitalista é a desigualdade (entre Estados, regiões, classes, etnias, profissões, etc.).

Através de traços bem gerais da formação econômica, política e social do Brasil, procuramos mostrar que muito do que se considera interno foi, de fato, constituído em íntima relação com o “externo”, com o que a distinção perde consistência, como também perde força o suposto de que o espaço dos processos econômicos políticos, econômicos, sociais e culturais coincide com as fronteiras do Estado-nação.

Por último, a superação do Nacionalismo Método lógico através da adoção da economia-mundo capitalista como unidade de análise nos leva a problematizar tanto a viabilidade quanto desejabilidade do desenvolvimento nacional, pois ele não é mais do que a distribuição entre as jurisdições políticas, da riqueza produzida ao longo das cadeias mercantis que conformam a Economia-Mundo, preservando e reproduzindo a hierarquia no sub-sistema interestatal e no sub-sistema econômico. Assim, a perspectiva sistêmica possibilitada pelo conceito de Economia-Mundo desemboca em outro programa de pesquisa e em outra estratégia política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMITAGE, D. *The International Turn in Intellectual Histor.* Disponível em: <<http://scholar.harvard.edu/files/armitage/files/mcmoyrn.pdf>>, 2013. Acesso em 11 de junho de 2015.
- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.* Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- _____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.* São Paulo: Boitempo, 2008.
- BECK, U. The cosmopolitan perspective: sociology of the second age of modernity. *British Journal of Sociology*, Vol. No.51/I, pgs 79-105, 2000
- _____. *Power in the Global Age-A new global political economy.* Cambridge: Polity Press, 2005.
- BECK, U. & SZNAIDER, N. Unpacking cosmopolitanism for the social sciences: a research agenda. *British Journal of Sociology*, No. 61, pgs. 381-403, 2010.
- BUARQUE, C. *Apresentação.* In LIST, GEORG, F.. *Sistema Nacional de Economia Política; apresentação de Cristovam Buarque.* Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo:Abril Cultural, 1983, pgs. VII-XXV
- CARDOSO, F.H; FALETTO, E. *Dependencia e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.* 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.

CHERNILO, D. Social Theory's Methodological Nationalism: Myths and Reality. *European Journal of Social Theory*, 9(1):5-22, 2006.

_____. *Methodological Nationalism: Theory and History*, Annual Conference of the International Association of Critical Realism, King's College, London, July, 2008

DOS SANTOS, T. *La teoría de la dependencia. Balances y perspectivas*. México: Plaza y Janés, 2002.

COSTA, W.P. *A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de Construção do Estado no Brasil (1808-1850)*. In: Szmeracsányi, T. & Lapa, J.R.do A (orgs). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 1996, p.147-159.

FIORI, J.L. (org) *Estado e moeda no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. A propósito de uma "Construção Interrompida". *Economia e Sociedade*, (14): 1-19, jun. 2000

_____. (Org) *O Poder Americano*. Petrópolis, Rio de Janeiro: 2004.

_____. O poder global e a nova geopolítica das nações. *Crítica y Emancipación*, (2): 157-183, primer semestre 2009.

FONSECA, P. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 54(3): 3333-58, jul.- set. 2000.

_____. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo. *Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004.*

FURTADO, C. *BRASIL: A construção interrompida*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. 25ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

GOIG, R. L. El "nacionalismo metodológico" como obstáculo epistemológico en la investigación sociológica sobre migraciones internacionales. *EMPIRIA. Revista de Metodología en Ciencias Sociales*, no.13, enero-junio, 2007, pp.101-117 .ISSN 1139-5737.

GORE, C. Methodological Nationalism and the Misunderstanding of East Asian Industrialization. *The European Journal of Development Research*, Volume 8, No.1, 1996, pp.77-122.

GRAHAN, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HOBBSAWM, E.J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOPKINS, T.K. & WALLERSTEIN, I. *World-Systems Analysis-Theory and Methodology*. Berverly Hills/London/New Delhi: Sage Publications, 1982.

LIST, G. F. *Sistema Nacional de Economia Política; apresentação de Cristovam Buarque*. São Paulo:Abril Cultural, 1983.

MARINI, R.M. *Subdesarrollo y Revolución*, México: Siglo XXI Editores, 1985.

MARTINS, H. Ideology and Development: 'Developmental Nationalism' in Brazil. In *The Sociological Review Monograph*, 11. Keele University: 1967.

_____. *Time and History in Sociology*. In REX, J (org): *Approaches to Sociology, An Introduction to major trends in British sociology*. Routledge & Keagan Paul, London: 1974.

MEDEIROS, C. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao "nacionalismo metodológico". *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 637-645, dez. 2010

MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio*. 8ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PREBISCH, R. *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago/Chile: Organização das Nações Unidas/CEPAL,1949, disponível em <http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2013.

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo:Abril Cultural, 1982.

SANTOS, F. *Crise e(m) desenvolvimento: a contribuição da escola de Campinas*. 134 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000857178>>.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 2a.Ed.,1985.

SMITH, A. *Nationalism in the Twentieth Century*. New York: New York University Press, 1979.

SMITH, SHEILA. The ideas of Samir Amin: Theory or Tautology. *Journal of Development Studies*, Vol.17, no.1, pg. 5-21, 1980.

_____, Class Analysis versus World Systems: Critique of Samir Amin's Typology of Under-development. *Journal of Contemporary Asia*, V.12, No.1, pg.7-17. 1982.

VIEIRA, P. A. Uma crítica ao conceito de dependência a partir do conceito de economia-mundo. *Revista Cadernos de Economia*, nº 15, julho/dezembro de 2004.

VIEIRA, R. de L. *A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929*. In: VIEIRA, P.A., FILOMENO, F.A., VIEIRA, R. de L. (Org). *O Brasil e o Capitalismo Histórico-Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo*, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

VIEIRA,P.A & FERREIRA, L.M.S. *O Brasil na atual conjuntura científico-tecnológica da economia-mundo capitalista*. In: Vieira, R.L. (org) *O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, pg.247-278,

WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System IV – Centrist Liberalismo Triumphant, 1789-1914*, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2011.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI*. Vol 1. Lisboa: Edições Afrontamento, 1974a.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600-1750*. Vol 2. Lisboa: Edições Afrontamento, 1974b.

WALLERSTEIN, I. *Impensar a Ciência Social- os limites dos paradigmas do século XIX*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

WIMMER, A. e SCHILLER, N.G. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and social sciences. *Global Networks*, 2, 4(2002), pg.301-334.